

Dinâmicas da paisagem: espaço público, infraestrutura verde, e participação social nas políticas públicas

Euler Sandeville Jr. Gabriella Roester Radoll***

Landscape dynamics: public space, green infra-structure and social participation in public policy

RESUMO: Este trabalho analisa aspectos socioambientais em Embu das Artes, sob a influência de políticas e obras públicas, relacionando escalas de abordagem imbricadas na configuração da paisagem e em sua significação, entendendo-a como um mosaico de relações. Seu objetivo é correlacionar a dinâmica da estrutura urbana e suas condições locais com a compreensão dos processos de produção social do espaço, em quadros existenciais percebidos e valorizados. O trabalho é desenvolvido no Núcleo de Estudos da Paisagem do Lab Cidade da FAU-USP e está em curso. Discute-se a inter-relação entre escalas e resultados alcançados em oficinas elaboradas com a população local.

Palavras-chave: paisagem, significação, produção social do espaço

ABSTRACT: This study looks into the social and environmental aspects of the municipality of Embu das Artes under the influence of public policies and investments by interrelating different scales of approaches imbricated in the landscape configuration and its significance as a mosaic of relations. Its main goal is to correlate the dynamics of the urban structure and its local conditions with the understanding of social production processes on this space, through the perception and valuation of the existing scenario. This is an on-going study developed in the Landscape Study Nuclei (NEP) of Lab Cidade at FAU (University of Sao Paulo). It is about the interrelation of scales and results reached at workshops performed together with the local population.

Keywords: landscpe, significance, social production on the space

* Arquiteto, arte-educador, mestre e doutor em Estruturas Ambientais Urbanas pela USP, tem pós-graduação em Ecologia, é professor do Departamento de Projeto da FAU-USP, vice-coordenador da área de Paisagem e Ambiente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USP, coordenador do Mestrado do Programa em Ciência Ambiental da USP e coordenador do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (Lab Cidade) da FAU-USP. URL: <http://espiral.net.br>.

** Arquiteta e urbanista pela FAU-USP, estudou um ano de Paisagismo e Urbanismo na Universität Stuttgart (Alemanha), participou do estudo de governança das águas sediado no Procam-USP e atualmente é pesquisadora no Lab Cidade (FAU-USP), atuando na elaboração do Plano de Manejo dos Parques do Rodoanel Trecho Sul.

Este artigo tem o caráter de um ensaio, trata-se de um trabalho em processo. Visa, nesse sentido, a organizar uma série de resultados parciais e questões que permanecem abertas para discussão. Não temos uma posição fechada, mas em construção. Pretende-se que seja um estímulo ao debate, para que permita o aprofundamento de nossa percepção e posicionamento diante de processos urbanos e ambientais muito complexos e de longa duração, mas que são redirecionados por intervenções recentes de magnitude decisiva. Aproveita uma série de atividades realizadas a partir de 2007 no Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP) do Lab Cidade da FAU-USP, ou nas quais temos sido parceiros de outros núcleos de pesquisa da USP, reunindo uma quantidade relevante de docentes e pesquisadores de graduação e pós-graduação, estabelecendo interessantes campos temáticos de experimentação e investigação. O projeto de Políticas Públicas Fapesp *Aprendizagem Social para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos* (i. 2007) enfoca em uma perspectiva interdisciplinar a governança da água e a gestão compartilhada de recursos hídricos. Está sediado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (Procam-USP), sob coordenação do prof. dr. Pedro Jacobi, e tem como parceiros os municípios de Taboão da Serra e Embu, com atenção na gestão da APA do Embu-Verde. A pesquisa de iniciação científica *Transformação da Paisagem e do Espaço Público em uma Sub-Bacia do Embu das Artes*, de Gabriella Radoll (2009; *idem*, 2010), sob orientação do prof. dr. Euler Sandeville Jr., procurou dar continuidade a projetos anteriores (RÜSCHE, 2005; e, no nível do mestrado, BERNARDI, 2007), investigando a interação das diversas escalas de entendimento e ação e os procedimentos de pesquisa correspondentes a cada uma delas. A pesquisa foi premiada no Simpósio de Iniciação Científica da USP, sendo um dos 15 trabalhos selecionados para representar as universidades brasileiras no exterior, e teve continuidade no Trabalho de Conclusão de Curso, onde pudemos testar aspectos projetuais no diálogo com a população. O Convênio Dersa-USP (i. 2009) objetiva a elaboração do Plano de Manejo das Áreas de Compensação Ambiental do Rodoanel Trecho Sul. Está sediado no Departamento de Geografia da FFLCH-USP, sob a coordenação geral da profa. dra. Sueli Ângelo Furlan. O programa, cuja primeira etapa ocorre em Itapeverica e Embu, reúne equipes interdisciplinares coordenadas por uma dezena de docentes da Universidade. O Lab Cidade participa com a coordenação da Equipe de Infraestrutura. Por fim, o projeto de pesquisa do NEP, desenvolvido na região Guarapiranga/Billings, articula pesquisas de mestrado em fase inicial, formas de atuação em rede e em processos coletivos de trabalho (são, no momento, três os projetos com essa característica no NEP, além deste, o da Cantareira desenvolvido na Bacia do Cabuçu de Baixo, com a criação de um núcleo avançado desenvolvido em parceria com a população, e o Pirajussara/Jaguaré na Zona Oeste).

I
“Em sua formulação, esse quadro deveria ser capaz de articular as bases naturais e ações sociais, a partir da problemática dos espaços livres, colocando a questão metodológica da interdependência de escalas em um processo contínuo de interações” (SANDEVILLE Jr., 2006). O interesse pelas múltiplas escalas dos fenômenos na paisagem, pelas diferentes necessidades de entendimento e ação que essas escalas sugerem em um diálogo contínuo entre elas, é uma das características do esforço constituído da profa. Miranda Martinelli Magnoli e dos pesquisadores que formou para criar o primeiro grupo de pesquisa e ensino do país na área da paisagem e do ambiente, no âmbito da Arquitetura e Urbanismo.

A abordagem adotada no NEP propõe um constante fluxo entre escalas (preconizado pelo que a profa. dra. Miranda Martinelli Magnoli chamou de “interações escalares”)¹, buscando a distinção dos processos determinantes em cada escala e a interação com as escalas subsequentes, utilizando contribuições advindas da arquitetura da paisagem e da ecologia da paisagem (MCHARG, 1992; BERNÁLDEZ, 1981; SANTOS, 2004; FORMAN; GODRON, 1986). Na escala do lugar, desenvolve-se com base na proposição da paisagem como experiência partilhada e socialmente construída (SANDEVILLE Jr., 2005), tendo foco em estudos de campo e sua correlação com processos estruturais do espaço social. Para tanto, são realizadas aproximações sucessivas, em um contínuo ir e vir entre as diversas escalas estabelecidas para análise.

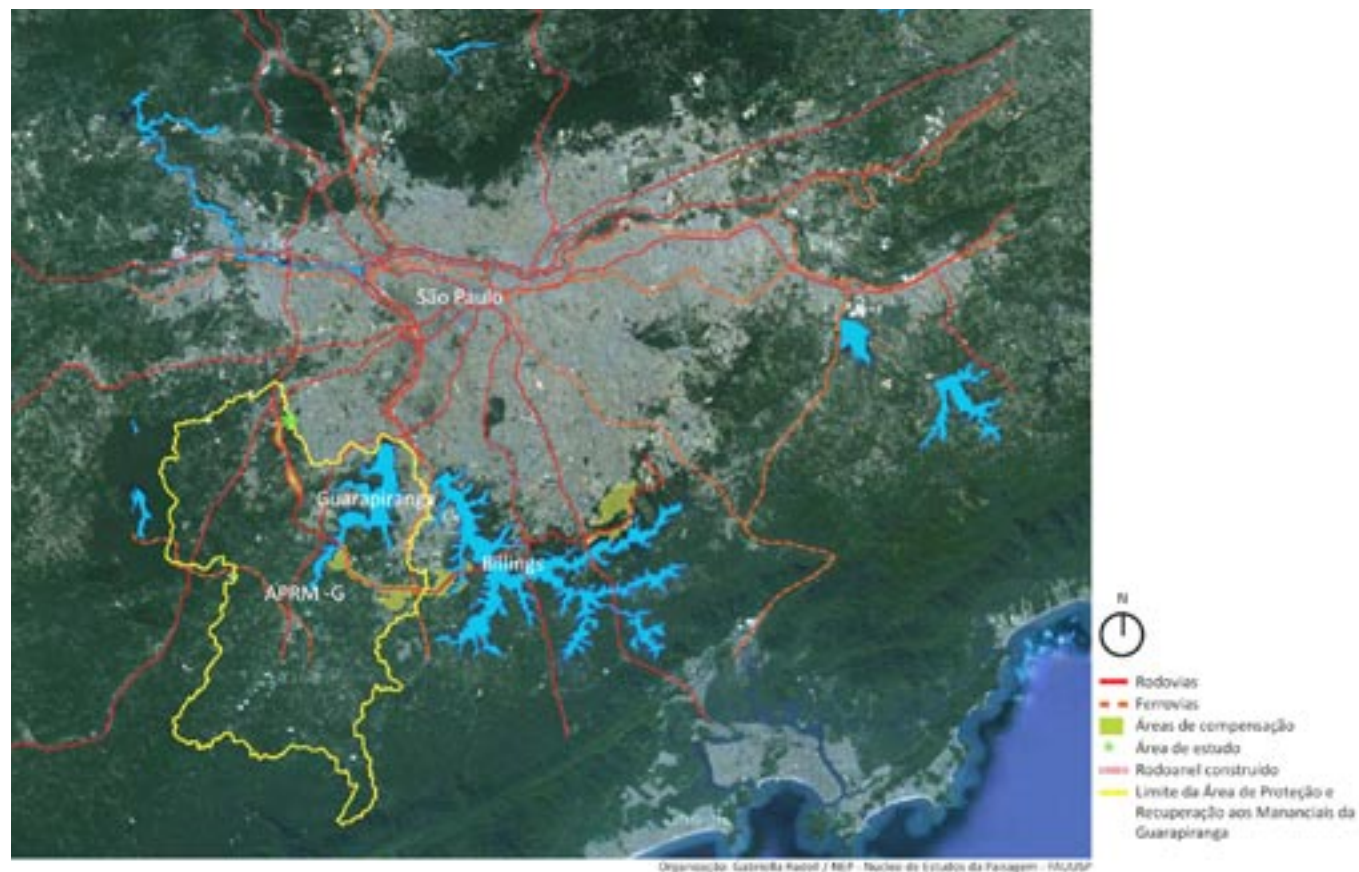


Figura 1 - Mancha urbana da Região Metropolitana de São Paulo. Fonte: ISA, CeSAD e Google Earth.

2

A pesquisa atribui o nome de rio “Veredas” ao corpo de água principal, uma vez que ele não consta nas plantas cadastrais da Prefeitura, e nenhuma das pessoas entrevistadas durante a pesquisa soube dizer o nome do rio. “Veredas” foi escolhido devido à existência da Estrada Veredas, cortada pelo rio, antes de este desaguar no rio Embu-Mirim.

3

Nessa aproximação buscou-se o estudo da “memória de transformação” do local com base nos relatos abertos e questionários estruturados, e também por meio do acervo de fotos de familiares, que contribuíam para animar os relatos e a memória das transformações, mas serviam igualmente como testemunho da paisagem pela análise do “pano de fundo” dessas fotos.

4

Entre as obras realizadas, destacam-se projetos e obras das avenidas 9 de Julho, Ipororó (renomeada 23 de Maio, quando de sua inauguração, nos anos 60) e Radial Norte (Avenida Prestes Maia), e nas avenidas Duque de Caxias, Ipiranga, Vieira de Carvalho e São Luís, que integravam, respectivamente, o Sistema Y e o primeiro Perímetro de Irradiação, com inúmeras obras conjugadas.

5

Utilizamos aqui o conceito de periferia de Mautner: “Em São Paulo, periferia tem significado específico. Reflete a visão dual que o senso comum atribui ao espaço urbano. Geograficamente significa as franjas da cidade. Para a sociologia urbana, o local onde moram os pobres, em contraposição à parte central da cidade, estruturada e acabada. Existem exceções, é claro, empreendimentos imobiliários de luxo que também podem ser encontrados nos limites da cidade, assim como cortiços nas áreas centrais – porém, jamais seriam identificados como “periferia” (1999).

O primeiro nível de abordagem procura entender como os processos metropolitanos de ocupação da terra, sob o impacto de obras de infraestrutura e viárias, incidem no município de Embu e, em especial, na sub-bacia do “córrego das Veredas”². O segundo nível foca o entorno próximo dessa sub-bacia. Trata-se de uma área de proteção localizada no município de Embu, na “franja” da expansão periférica da capital paulista, constituindo o setor mais urbanizado no entorno do Rodoanel em Embu (Figura 1). Nessas duas escalas a aproximação se dá por meio dos métodos que procuram uma descrição das estruturas presentes na paisagem e sua inter-relação, em séries temporais recentes. Buscamos ainda entender o reflexo do quadro institucional sobre as dinâmicas urbanas, regionais e locais. Nesta escala de aproximação, algumas entrevistas com pessoas ligadas ao poder público auxiliam na compreensão das dinâmicas em curso e nas perspectivas de investimentos, possibilitando iniciar uma discussão sobre a visibilidade e a importância da bacia do “Veredas” e seu grau de prioridade na agenda municipal. O terceiro nível se dá na escala do lugar, focado na interação com os moradores, buscando uma aproximação de sua valoração dessa paisagem, baseados no modo com que estes relatam sua história, e procurando verificar possibilidades ou impossibilidades de desenvolver projetos participantes para além dos quadros de ação institucional³. Na metodologia adotada no NEP esses três níveis não são hierárquicos ou sequenciais, e a abordagem se dá concomitantemente, em um crescente entendimento qualitativo do problema, em que cada nível elucida os seguintes e, ao mesmo tempo, é por eles reconfigurado.

As linhas gerais do processo de metropolização são bem conhecidas. Com o avanço da industrialização na capital paulista e a crescente importância que o estado de São Paulo foi adquirindo a partir de fins do século XIX, o processo migratório intensificou-se. O crescimento vertiginoso da população da Região Metropolitana de São Paulo desde meados do século XX (a população da Região Metropolitana que, em 1930, era de cerca de 950.000 habitantes, em 1960, havia chegado a cerca de 4.740.000 pessoas) veio a criar uma necessidade adicional de moradia no déficit já existente. Diversos processos decorrentes da ação do poder público, como as reformas de Prestes Maia na área central (1938-45)⁴ e a Lei do Inquilinato (de 1942), contribuíram para a expansão periférica⁵, com a expulsão da população de baixa renda para áreas distantes. Segundo Nabil Bonduki (1998), “sem acesso às formas tradicionais de moradia, a população trabalhadora passou a erguer ela mesma alojamentos precários em locais sem nenhum equipamento ou infra-estrutura, como favelas ou loteamentos na periferia, que começara a ampliar a área de ocupação da cidade”.

A ausência de programas habitacionais nas regiões mais centrais persiste ao longo de décadas (de 1960 a 2000 a RMSP ganhou cerca de 13.044.000 novos habitantes, tendo a área urbanizada passado de

874 km² para 2.209 km²!). Os processos de segregação socioespacial acompanham esse crescimento populacional e da “mancha urbana”. A partir dos anos 1970, os investimentos públicos em uma ampla região da cidade, configurando o chamado “Centro expandido” e, pontualmente, em setores mais afastados de valorização imobiliária ou de obras viárias, sobretudo ao longo de córregos, contribuem para o processo de urbanização periférica. Mudanças na planta de valores do solo urbano decorrentes da criação de vantagens locacionais, amplificadas por investimentos públicos e obras consorciadas do poder público e da iniciativa privada (por exemplo, o Metropolitano, Operações Interligadas, Operações Urbanas), se dão com remoção da população de classe média, e, sobretudo, da de baixa renda.

Não tendo outras opções, essa população desloca-se para assentamentos precários em áreas cada vez mais distantes, recorrendo a processos informais de construção, geralmente em locais ambientalmente frágeis, carentes de infraestrutura e sem serviços básicos de educação, saúde e transporte. Os investimentos públicos reforçam os processos do mercado imobiliário, pressionando as zonas de proteção a mananciais como únicas provedoras possíveis para habitação da população de baixa renda. Os indicadores são bem conhecidos, os distritos centrais em que se concentram investimentos qualificando o tecido urbano apresentam crescimento populacional negativo nas últimas décadas, com alta porcentagem de área construída por habitante, enquanto os periféricos apresentam grande crescimento populacional, baixa porcentagem de área construída por habitante, entre outros aspectos, como mortalidade infantil elevada, alto desemprego, baixa escolaridade, violência etc., mostrando um profundo descaso da sociedade contemporânea com a dimensão humana e social de seu desenvolvimento. Essa situação de exclusão (e preconceito) é contrabalançada apenas pela luta dessas pessoas, com destaque para as mulheres, por qualificar e superar essas condições, seja demandando longamente melhorias pelo poder público, seja assumindo o ônus de criar condições de superação.

Essa situação, no entanto, não decorre apenas de políticas públicas, é agravada por elas. Trata-se de uma condição estrutural no processo de desenvolvimento do país. Não é específica das regiões metropolitanas, mas atinge aí uma situação de grande complexidade e injustiça, com exclusão e segregação socioespacial. Como observa Ferreira 2009,

“o resultado deste processo [industrialização com baixos salários] foi a explosão das cidades do país, que viu sua população urbana passar de 26,34% em 1940 para 81,20% em 2000, sendo que aproximadamente 40,5% do total de domicílios brasileiros, segundo o censo demográfico (IBGE, 2000), encontra-se em situação precária, em favelas, loteamentos periféricos informais ou cortiços”.

Tal concentração é particularmente expressiva em São Paulo: em 2007 as três regiões metropolitanas paulistas tinham população estimada de 24.031.058 habitantes (58,54% do estado e 12,87% do Brasil). Essas regiões apresentaram um Produto Interno Bruto (PIB) que corresponde a 63,2% do PIB estadual e quase 20% do nacional. A economia paulista manteve sua participação em 34% (12% do município de São Paulo em 2007) em face do conjunto do país, que em 2008 tinha o 8º PIB mundial. Os estudos sobre a população moradora apenas em favelas, entretanto, indicavam que entre 10% e 20% da população paulistana residiam em habitações muito precárias, e que 6% residiam em cortiços apenas no distrito da Sé, excluindo-se dessas porcentagens os loteamentos irregulares e clandestinos, que perfazem a maior área construída da cidade.

Nesse contexto, Embu das Artes, que permanecia “adormecido” (OLIVEIRA FILHO, 2002) pela ausência de ligações férreas e rodoviárias, mantinha uma função metropolitana fortemente ligada a atividades recreativas. Essa dinâmica foi fortemente alterada a partir da década de 1970, com a inauguração da Rodovia Régis Bittencourt, que promoveu uma maior ocupação urbana do município, com o estabelecimento de indústrias e armazéns ao longo de seu traçado. Tal alteração é percebida de modo marcante nos mapas de evolução urbana (Figuras 2 e 3). Até a década de 1970 o município de Embu apresentava sua mancha de ocupação pequena e concentrada em sua região central. Desta década em diante sofreu impacto da expansão da dita “periferia de fronteira” da urbanização – da qual Embu, sobretudo na margem esquerda do rio Embu-Mirim, passou a fazer parte. A urbanização da metrópole avançou sobre o município, que passou a ser pressionado pelo adensamento do município de Taboão da Serra e de bairros como Campo Limpo, na capital paulista.

Data também da década de 1970 a Lei de Zoneamento, impondo regras aos novos loteamentos. A Lei dos Mananciais, de 1975, e a Lei Federal nº 6.766 de 1979, continham dispositivos que admitiam a regularização sob forma de exceção do que já estava implantado, criando o “empreendimento adaptado”, provocando uma “corrida à regularização” (MARTINS, 2006). O processo decorrente da concentração econômica fundada em uma desigualdade e injustiça social brutal e a omissão – quando não conivência do Estado nesse processo – são bastante discutidos na literatura acadêmica. Resumidamente,

“A existência da Lei de Proteção aos Mananciais não modificou o padrão de assentamento dessas áreas e nem isolou os corpos hídricos como era desejado. Essa pressão por moradias e a falta de oferta acessível a essa população acabou justamente por empurrá-los para assentamentos informais nessas áreas (Áreas de proteção), exatamente por conterem restrição legal à ocupação” (MARTINS, 2006, p. 59).

Figura 2 - Expansão da área urbanizada em Embu e na RMSP (1960-2).

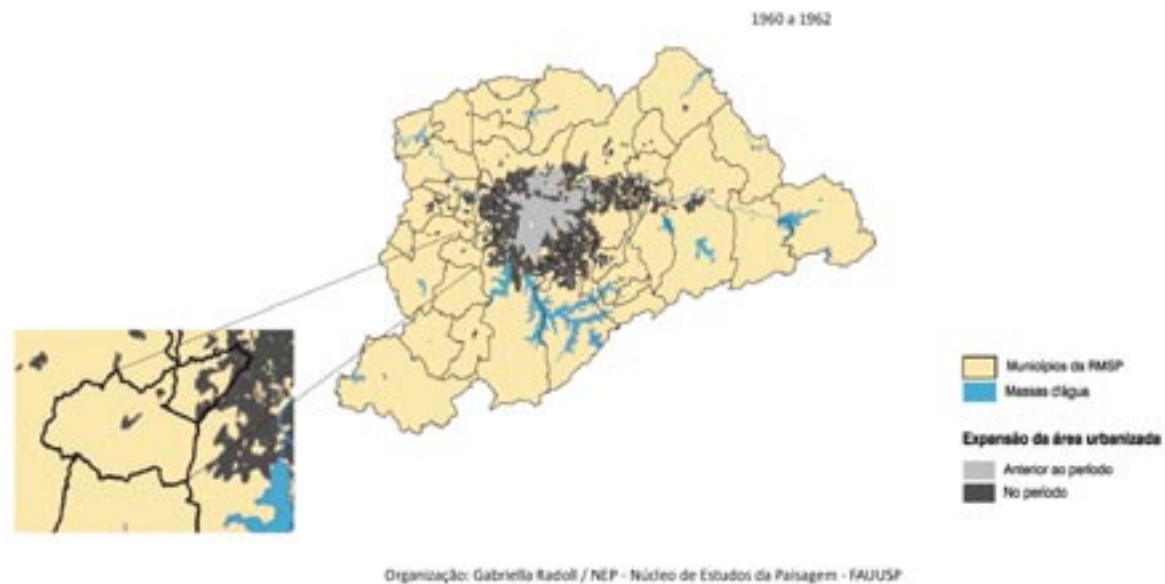
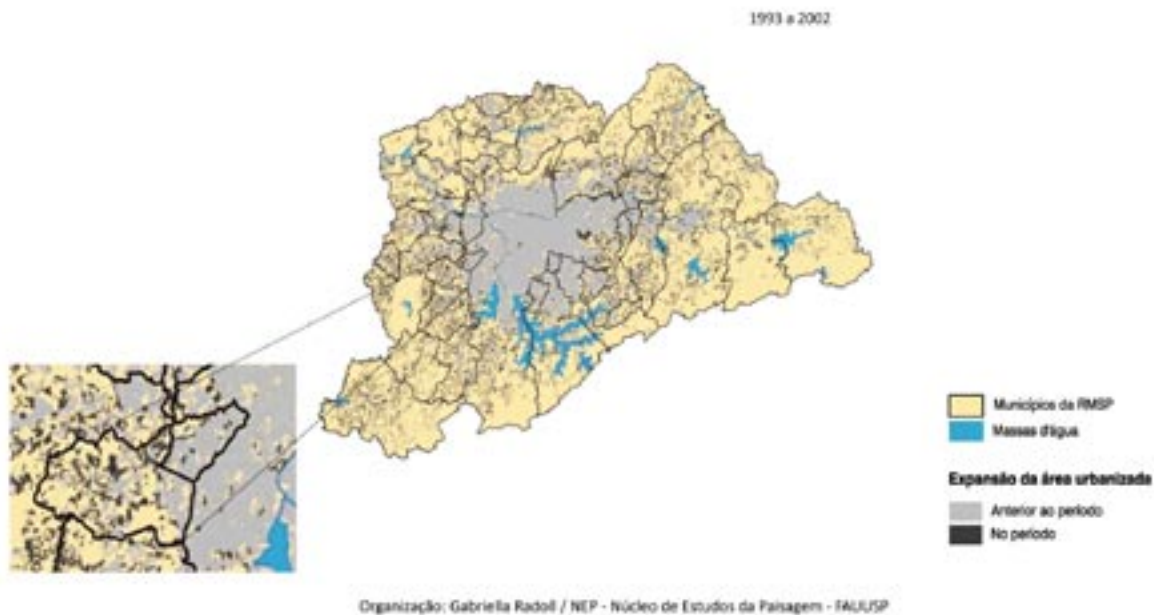


Figura 3 - Expansão da área urbanizada em Embu e na RMSP (1993-2002).



Como se verifica, trata-se de uma alteração na estrutura do território, mobilizada pela interação entre vetores regionais e dinâmicas locais. O crescimento urbano gerou regiões sem investimentos públicos e sem infraestrutura, com conseqüente degradação ambiental e comprometimento de condições sanitárias mínimas, o que, aliado à falta de uma política habitacional adequada, acaba por formar núcleos marcados também pela ausência de áreas verdes, de serviços e com baixíssimos indicadores sociais. Desse modo, uma parcela majoritária da população assume para si a responsabilidade de construir a cidade, sem qualquer apoio dos setores técnicos e sem os recursos financeiros necessários, revelando uma criatividade imensa na solução de problemas muito difíceis. Acabam também por gerar nesse processo novas relações e configurações espaciais e modos de sociabilização riquíssimos. Esses arranjos criativos dificilmente são reconhecidos pelo meio técnico-científico, preparado para interpretar apenas as formas urbanas da chamada cidade formal. Esta, centrada na distinção (negociável) institucional e morfológica entre espaço público e espaço privado, diferenciações que nas periferias são superadas e assumem significações e práticas totalmente distintas (SANDEVILLE Jr.; MACHADO, 2005).

A sub-bacia do córrego “Veredas” permitiu verificar na escala do lugar o modo pelo qual esse processo se desenhou e condicionou estratégias de habitar a cidade (SANDEVILLE Jr., 2010), de suprir as necessidades básicas com base em um processo fundamentalmente relegado às possibilidades criativas de construir o próprio espaço, em uma situação à margem dos investimentos públicos e do acesso aos bens básicos contemporâneos, como educação e saúde de qualidade, por exemplo. Permitiu também acompanhar o entendimento alcançado pelo poder público e o meio técnico da situação conflituosa que se foi estruturando nessa região de expansão urbana, e o comprometimento do que hoje vem sendo referido como “serviços ambientais” (remanescentes da Mata Atlântica nos morros e várzeas, recursos hídricos).

Essas características, juntamente com a falta de saneamento básico na região, comprometem a qualidade da água, processo agravado com a canalização e sua aceitação como canal de esgoto. Por outro lado, a par das tensões entre condições naturais, padrões de urbanização e condições sociais, a localidade guarda um grande potencial de desenho urbano a ser valorizado e estimulado. Exercício que não é visto senão em um horizonte longínquo e pouco prático pelos órgãos públicos, e que não encontra a população residente preparada para um diálogo propositivo no sentido da qualificação de seu espaço vital.

O estudo integrado dessas escalas nos trabalhos em desenvolvimento no NEP permite-nos acompanhar transformações recentes decorrentes da ação do poder público, em uma peculiar situação na qual esses bairros, até então à margem dos investimentos públicos, passaram a receber significativos investimentos dos três níveis de governo. Investimentos expressos em obras que envolvem escalas macrorregionais e locais, que estabelecem interfaces complexas e contraditórias, e não são prontamente perceptíveis pelos moradores e usuários do espaço urbano. O que se desvenda aos olhos do pesquisador passa despercebido aos diversos atores sociais, que não se põem atentos para interpretar os sentidos geopolíticos das ações em curso, nem o significado espacial das transformações na estrutura urbana e no cotidiano, com as conseqüentes implicações na qualidade de vida. Processos que tornam previsíveis novos movimentos de afastamento da população de baixa renda, para regiões mais distantes e precarizadas, que assim vão se repetindo.

Exemplificando, como investimentos que decorrem de uma escala que chamamos de macrorregional, temos as obras do Rodoanel, promovidas pelo governo do Estado. O Rodoanel, cuja lógica transcende a escala metropolitana, atende nas imediações da metrópole ao transporte rodoviário em um complexo que é continental⁶, fato que tem sido subestimado nos debates, que priorizam os impactos urbanísticos e as omissões relevantes do projeto. Neste trabalho, reconhecemos essa dimensão da via, mas procuramos entender como os processos regionais interagem e reforçam-se mutuamente com os locais, e como isso pode relacionar-se com as condições de vida da população sujeita a processos estruturais de vulnerabilidade social.

Localmente, em especial nos acessos, a rodovia traz enormes transformações no valor do solo e nas dinâmicas urbanas. Parece-nos que, indiretamente, contribui para dinamizar, por antigos caminhos já bastante utilizados, processos de valorização e intensificação do uso da terra. Nesse caso, mesmo quando não é gerador, pode contribuir para estimular a implantação de loteamentos fechados, ao modo de uma urbanização dispersa, e a inserção de plantas do setor terciário e secundário, fora o adensamento da urbanização periférica. As obras no viário local, realizadas como compensação aos municípios, antecipam outras que seriam necessárias, melhorando a acessibilidade a terrenos até então reservados a chácaras e usos não urbanos. Favorecem assim seu parcelamento para fins especulativos, o que nos parece ser do interesse dos municípios respectivos, talvez por relações de poder internas em que se negocia a governabilidade.

6

Basta mencionar que o Rodoanel contribui para conectar um conjunto de vias como a Fernão Dias, Anhanguera e Bandeirantes, Dutra e Airton Sena/Carvalho Pinto, Castelo Branco e Raposo Tavares, Régis Bittencourt, Imigrantes e Anchieta, que, por sua vez, estabelecem conexões com outras vias, criando uma malha que interliga a região Sudeste do país e a ultrapassa, e que o Porto de Santos é responsável por mais de um terço de todo o comércio exterior do Brasil. Neste sentido, em que pesem as críticas bastante consistentes ao Rodoanel, deve-se perceber que sua lógica não se atém à metrópole, como frequentemente discutido, e refere-se sim à estruturação do transporte de cargas em uma escala muito mais ampla.

Por outro lado, seu traçado cruza – e segmenta – eixos de expansão urbana e inviabiliza antigas conexões e modos de apropriação do espaço livre (por exemplo, do rio Embu-Mirim e lagos existentes) que eram utilizados como alternativa de lazer e sociabilidade pela população de baixa renda. A via passa muito próximo de diversos núcleos urbanos de urbanização precária, a menos de 500 m em alguns casos, entre os quais o da sub-bacia do “Veredas”, cujas moradias chegam a estar a uma distância de cerca de 200 m da faixa interna. Essa geometria apresenta o Rodoanel, no setor que estudamos, em um primeiro momento, como uma barreira à expansão urbana periférica a leste da via, valorizando potencialmente terras a oeste para usos especulativos.

Na escala local, um outro conjunto de pequenas obras viárias, de reurbanização e infraestrutura, promovidas pela Prefeitura, mas com aportes substantivos do governo federal (constituindo projetos do Programa de Aceleração do Crescimento, o chamado PAC, 2007), indicam interações e reciprocidades entre as diversas escalas do espaço. O Rodoanel é construído na várzea do Embu-Mirim, e seu acesso (no entroncamento com a Rodovia Régis Bittencourt) encontra-se muito próximo do setor aqui analisado. Um conjunto de outras obras, articuladas politicamente com estas últimas, obedece a uma lógica intermediária, mas de grande impacto local. É o caso da criação de parque decorrente da compensação ambiental do Rodoanel, articulando o governo estadual e o municipal, e a criação no mesmo local de uma universidade federal, articulando o governo federal e o municipal. As legendas partidárias tanto são indicadoras de estratégias que vão se desenhando no espaço, quanto não são suficientes para explicar as complexas articulações dos diversos atores sociais em torno das instituições públicas do poder.

É interessante notar que mesmo as intervenções no âmbito municipal ligam-se por meio do governo federal a ações políticas de um sentido territorial mais abrangente e estratégico⁷. É perceptível como essa reconfiguração do espaço promove alinhamentos conflitivos, negociações e acordos entre instâncias de governo com projetos políticos distintos e antagônicos. Internamente a cada uma das esferas, razões de ordem da história das instituições, das sucessivas apropriações que delas fazem os grupos de poder, das negociações entre os interesses em jogo, bem como as exigências de um aparato jurídico renovado e as pressões entre setores do capital sobre o governo (poder público), revelam as diversas subdivisões do poder na característica fragmentação da construção social do espaço. Seja no âmbito econômico, seja no âmbito institucional, geram uma sinergia inesperada e improvável, amplificando pontos de interesse que se reforçam mutuamente.

7

Um mapeamento de obras do PAC e das novas universidades federais no anel metropolitano periférico provavelmente levará a perceber uma ação geopolítica, fazendo interagir o governo federal e os governos municipais, bem como as obras estaduais revelam outros projetos. Trata-se de uma inscrição no espaço dos diversos projetos políticos e seus compromissos.

Essas características já bastariam para definir essa região como de grande interesse ao estudo das transformações da paisagem. Temos, porém, um quadro ainda mais complexo. A Régis Bittencourt, construída sobre a várzea do rio Embu-Mirim no eixo sudoeste-nordeste, é caracterizada pela presença de plantas industriais, caráter esse que vem sendo reforçado pelo Plano Diretor de Embu, estimulando a consolidação estratégica de uma zona comercial e industrial nessa várzea. Já entre a Rodovia e a Bacia do Pirajussara, destacava-se a vegetação de várzea do Embu-Mirim quando flui para o sul. Representava um obstáculo relativo à conurbação entre a porção sudoeste da Rodovia Régis Bittencourt e a porção leste de ocupação densa. Essa dinâmica, no entanto, foi significativamente alterada, com a construção do Rodoanel Trecho Sul, sobre outro trecho da várzea do rio Embu-Mirim.

Entendemos que a acessibilidade do Rodoanel reforça a importância de antigos caminhos já utilizados na região, promovendo sua intensificação potencial. Parece estar favorecendo ou ampliando a implantação de condomínios de médio e alto custo, pela facilidade de acesso ao sistema rodoviário metropolitano, e amplia a possibilidade da constituição de plantas industriais e de estocagem ao longo de seu traçado, permitindo um escoamento mais rápido dos produtos comercializados pelo sistema rodoviário. Não é necessário dizer que a sobrecarga do sistema intra-regional de circulação rodoviária, que conecta não apenas bairros, mas municípios, tende a apresentar uma sobrecarga ainda maior, exigindo em um futuro próximo novas obras. Essas transformações, na lógica da fragmentação das ações do poder público, excluem a questão do transporte público, a exemplo do próprio Rodoanel.

Ferreira (2009) observou que a construção do Trecho Sul foi feita desvinculadamente do projeto, que também havia, de um Ferroanel, e não inclui nenhuma proposta de transporte público. Ao atravessar áreas densamente urbanizadas, de difícil acesso, poderia conectar a região de habitação de baixa renda com núcleos de emprego também cortados pelo Rodoanel. Claro que tal iniciativa agravaria o adensamento dessas regiões, que são também de proteção a mananciais, mas é igualmente problemático ignorar a dimensão urbanística e social já existente, e cuja intensificação de qualquer modo continua a ocorrer (como também há um incremento de instalações ligadas a estocagem e produção).

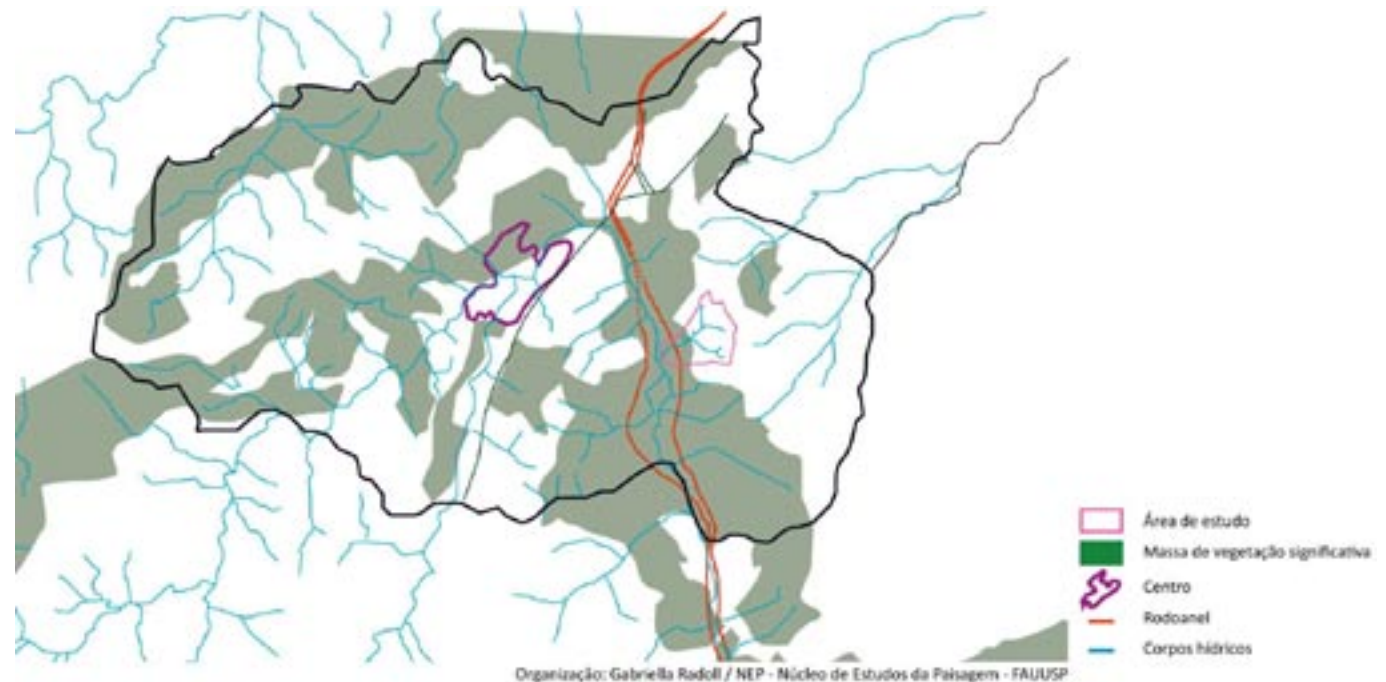
Nesse sentido, observamos a possibilidade de o Rodoanel comportar-se não só como barreira física, mas como barreira social, isolando, isto apenas em um primeiro momento, a expansão urbana de baixa

renda daquela outra, característica da urbanização difusa constituída dos condomínios de alto padrão. No entanto, também aqui o jogo tenso em que se dá a construção do espaço urbano engendra outros conflitos, entre a implantação de condomínios e as implantações de empresas atraídas pela nova acessibilidade gerada, e por um preço do terreno ainda baixo em relação ao de outras regiões. Essa diversificação de usos não é pensada, nem no nível estadual nem no municipal, de modo que se estabeleçam conexões no tecido urbano, novas possibilidades de mobilidade para a população, programas que favoreçam a criação de empregos e a qualificação profissional. Em um segundo momento, pode-se supor provável que a expansão metropolitana de baixa renda, adensando-se continuamente e espraiando-se pelas áreas ainda livres, ultrapassará em busca de melhores localizações a barreira representada de início pelo Rodoanel, valendo-se das já sobrecarregadas vias regionais que entrecruzam e conectam bairros e municípios. Estas observações devem ser vistas como hipóteses, uma vez que não dispomos de elementos mais acurados para sua interpretação, sugerindo um exame de duração temporal maior, para que se possa entender efetivamente esses processos que pensamos estar ocorrendo nessa região.

A questão fundamental, no caso, é a segmentação do tecido periférico, isolando-o das áreas mais centrais e valorizadas de Embu, sem soluções de transporte público (o que também se nota em Itapeverica). As obras locais, que representam investimentos públicos em infraestrutura e serviços, favorecem da mesma forma uma alteração na dinâmica urbana na região do entorno da sub-bacia do “Veredas”, desarticuladamente de programas integrados de políticas públicas capazes de entender e enfrentar os desafios urbanos locais.

Outra importante questão que ressalta dos estudos nessa região é a potencialidade de, em meio a esses processos fortemente condicionados pelo investimento público, se oferecer um desenho ambiental e culturalmente mais rico a esse território. *Para esse fim, papel de destaque caberia ao potencial de criação de uma importante estrutura verde e de lazer destinada à população local, associada a serviços públicos básicos.* A solução que os estudos já realizados sugerem, mas demandam uma outra integração das políticas, obras e esferas públicas, é adotar a várzea do rio Embu-Mirim como elemento de conexão, potencializado pela implantação do Parque da Várzea do Rio Embu-Mirim, articulando-o à grande reserva de vegetação no noroeste do município, que ultrapassa os limites políticos do município do Embu. Poderia assim conectar-se também com remanescentes verdes no município de Cotia (Figura 4).

Figura 4 - Conexões regionais propostas. Fonte: Emplasa 2005 e Google



Em sua outra extremidade, diversas possibilidades ainda se apresentam. Outra conexão de áreas verdes se daria com o município de Itapecerica da Serra, permitindo seu vínculo com os parques decorrentes da compensação ambiental, tal como de fato já é proposto pela Dersa (ver Figura 5), mas que poderia ser direcionada para gerar o embrião de um sistema de espaços verdes e de lazer. Os estudos do Convênio Dersa-USP, cujos estudos estão em fase de elaboração, certamente irão nessa direção, possibilitando reorientar e avançar bastante estas considerações sob o ponto de vista ambiental e social, mas ainda restará uma articulação política efetiva na escala local para que suas indicações de contextualização se tornem políticas públicas municipais efetivas. O Parque da Várzea do Embu-Mirim poderia ser uma importante opção de lazer para os núcleos urbanos de Itapecerica próximos, como o Branca Flor, que poderia beneficiar-se da infraestrutura de Embu, pela proximidade. A implementação da universidade no Parque da Várzea do Embu-Mirim (conforme informado pelos funcionários da Prefeitura e divulgado na mídia) gerou uma remodelação do sistema viário para atender às demandas futuras, e instala-se o próprio equipamento em trechos problemáticos do ponto de vista ambiental. A Estrada das Veredas, que fará o acesso principal à universidade, corta importantes cabeceiras de drenagem.

Havia alternativas mais favoráveis para implantação no entorno imediato, que não comprometeriam o papel que a universidade poderá vir a ter na região, dependendo de seu desenho institucional e didático-pedagógico. Nenhuma dessas discussões se dá, até o momento, de modo articulado com outras intervenções, nem com base em um processo aberto e democrático de construção da universidade, pelo menos que seja de nosso conhecimento⁸.

8

Não nos referimos, certamente, ao processo público de discussão do projeto do parque, que foi superado pelo projeto da universidade. Esta segue como um acordo político-estratégico entre o governo federal e o local, sem o necessário tempo para amadurecimento, debate e aprimoramento do projeto, até onde nos foi dado acompanhar.



Organização: Gabriella Radoli / NEP - Núcleo de Estudos da Paisagem - FAUUSP

Figura 5 - Parques a serem recuperados ou implantados pela Dersa. Fonte: Dersa.

Na contramão do que vem se delineando no município – com a Rodovia Régis Bittencourt e o Rodoanel ocupando a várzea –, observa-se que os corpos d’água são potenciais conectores entre os espaços livres existentes e aqueles a serem criados. Especialmente na várzea do rio Embu-Mirim, que poderia conectar o Parque Francisco Rizzo ao Parque da Várzea do Rio Embu-Mirim e com o conjunto da APA Embu-Verde (importantes remanescentes contíguos a essa APA foram excluídos de seu perímetro quando de sua criação, ao que tudo indica em função de interesses especulativos). Com base na análise dos remanescentes vegetais e dos espaços não edificados, foi possível elaborar um croqui inicial (Figura 6) incorporando diretrizes que buscam o estabelecimento de um sistema de espaços livres contínuos. Visa a conexão entre os parques existentes e a serem implantados em Embu, a criação de corredores verdes formados pelos corpos d’água (e aproveitando as linhas de transmissão de energia), que, à parte sua importância ambiental, permitiriam maior mobilidade da população através de novas vias de pedestre e ciclovias. Este croqui exemplifica o modo pelo qual a municipalidade poderia usar a várzea como eixo norteador do redesenho do sistema de espaços abertos e da infraestrutura verde, buscando a melhoria da qualidade de vida, na fruição e na apropriação desses espaços.

Mostra-se problemática a transposição das grandes barreiras do município: a Rodovia Régis Bittencourt e o Rodoanel Trecho Sul. Entende-se essa transposição, no caso do Rodoanel, como muito relevante na integração urbana na sub-bacia do “Veredas”, bem como para outras ocupações urbanas próximas. Essas conexões são vitais na escala do pedestre e do ciclista. Trata-se de aproveitar, em um desenho urbano ainda possível, os fragmentos de espaços verdes existentes, de forma que se possa construir um sistema de espaços abertos que ultrapasse os limites municipais, relacionando-se com Taboão da Serra, Itapeverica da Serra, São Paulo e Cotia (Figura 4), integrando também a APA Embu-Verde. As questões que formulamos incluem a conectividade dos fragmentos, mas postulam também uma outra legibilidade, educativa, dos verdes e azuis no tecido urbano e uma outra mobilidade para a população através da cidade, amparada em meios alternativos e sobretudo em transporte público (as intervenções observadas nessas áreas voltam-se, como é habitual, ao transporte individual, apesar da implantação anunciada de um corredor de ônibus na Avenida Rotary).

As questões que discutimos em nossa leitura urbana têm muita correspondência na observação feita junto com os moradores, embora muitos aspectos mudem de significação. No entorno próximo da sub-bacia do “Veredas” muitos dos bairros estudados encontram-se em topos de morro, limites

de sub-bacias, o que, no entanto, não parece ser percebido na experiência urbana e nas práticas abrigadas nesses bairros. Ao trabalhar nessa escala, foi possível verificar os impactos da urbanização sobre os recursos hídricos. A localização de favelas, em sua maioria nessa área, está sobre os corpos hídricos e em áreas de declividade acentuada. O caráter rural dessa região permaneceu até as décadas de 1970 e 1980, com casas esparsas em meio à vegetação (as Figuras 7 e 8 mostram em diferentes momentos a residência de Maria e sua família *)⁹.

9

O asterisco indica que esse é um nome de fantasia, escolhido para preservar a identidade

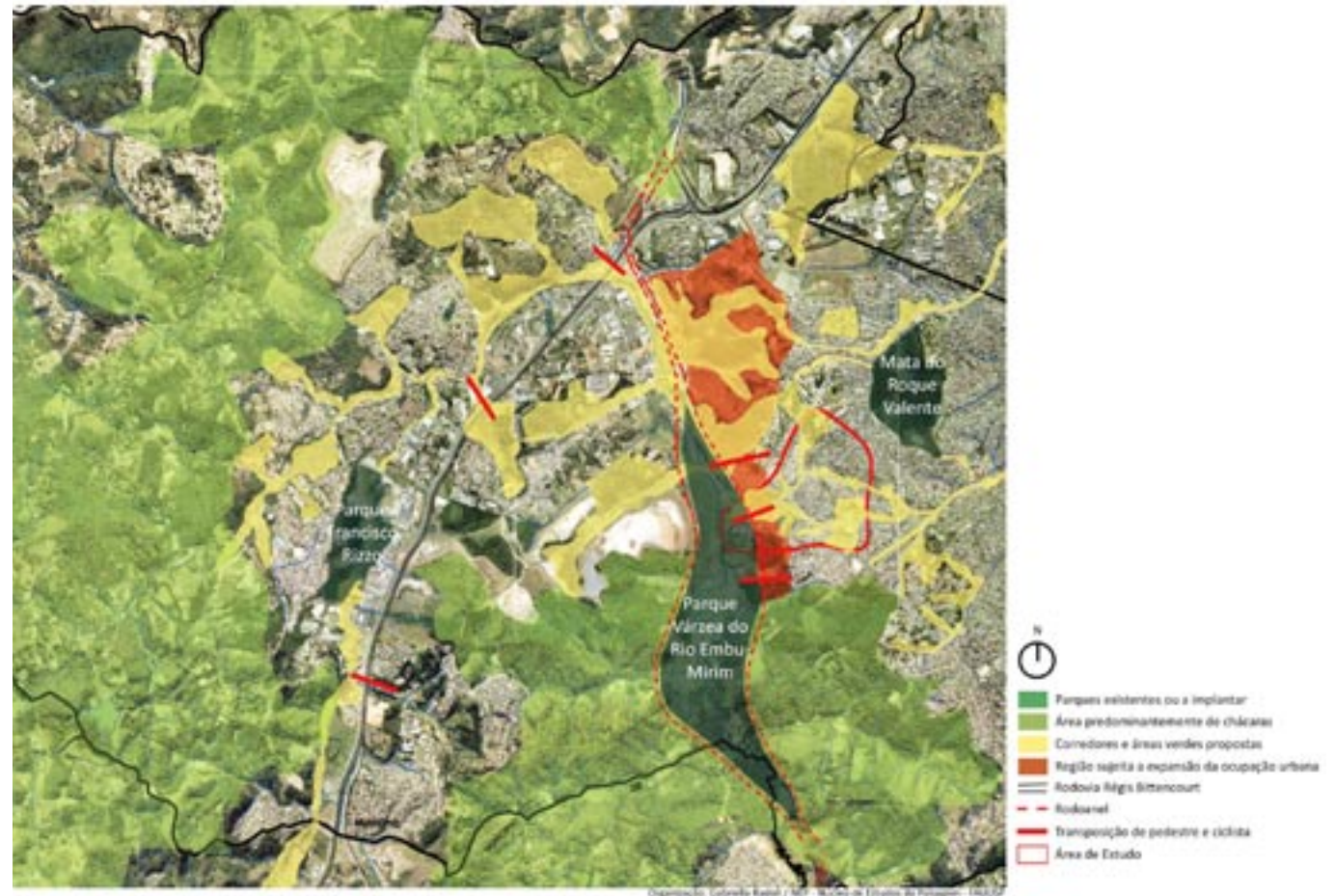


Figura 6 - Diretrizes para um sistema de espaços livres urbanos. Fonte: Emplasa 2005, Prefeitura do Município de Embu das Artes e Google Earth.

Figura 7 - Casa de Maria* (acervo da moradora).



Figura 8 - Casa de Maria* (acervo da moradora).



As mudanças ao longo da ocupação do bairro, no sentido de uma inserção mais urbana, foram para a grande maioria dos entrevistados um fator positivo. Trouxeram melhoria na acessibilidade (que, no entanto, ainda é deficitária), e a chegada de serviços como escolas, posto de saúde, comércio, etc. O asfaltamento das ruas atende a demandas evidentes, mas as obras de urbanização desconsideram a fruição e a compreensão da relação da cidade com processos e elementos naturais, como remanescentes vegetais e o ciclo hidrológico, reforçando sua apreensão como áreas passíveis de ocupação. O impacto sobre as águas deu-se não só pelo despejo do esgoto *in natura* – situação comumente encontrada na região –, como também pelo aterramento de suas várzeas para dar lugar a moradias, com o córrego espremido entre as casas. A explicação dos moradores é simples, é a necessidade de habitação que os fez construir sobre as áreas de várzea, e a chegada de uns acabou por estimular a chegada de outros. Essa forma livre de construir a cidade gera uma estética própria, mas também acarreta a falta de espaços para implementação de equipamentos e serviços, e de áreas que possam reter a água das chuvas. Assim, os corpos hídricos, que poderiam ser utilizados no sistema de retenção e retardamento das águas pluviais, acabam tendo suas várzeas ocupadas e impermeabilizadas, agravando, ao invés de mitigar, o problema das enchentes em seu entorno, e colaborando para o assoreamento a jusante.

As memórias dos moradores do Jardim do Colégio referem-se, de maneira geral, a um passado mais penoso, sofrido, em que o local não tinha infraestrutura alguma, era de difícil acesso ao transporte público, à rede de ensino e ao comércio. No entanto, valorizam o duro processo de construção da moradia, “o que hoje é praticamente um bairro, antes era só mato” (Maria*). As lembranças saudosas do passado restringem-se mais à população dos bairros vizinhos, que chegou antes, em que as áreas livres, hoje ocupadas, eram utilizadas para atividades de recreação e lazer, como lembra Vera*, moradora do bairro Jardim São Marcos. Ela costumava ir com seu grupo de terceira idade fazer piquenique onde hoje se encontram os bairros do São Francisco e do Jardim do Colégio. As narrativas obtidas no local permitem reconstituir uma história urbana indissociável das lutas dessas pessoas e compreender as significações dos processos de sua construção e sua transformação atual.

Procuramos desencadear no local um projeto participativo de desenho do espaço público (RADOLL, 2010), no qual não fomos bem-sucedidos. Entender as causas desse insucesso levou-nos a questionar nossa própria relação com o lugar em um primeiro momento, e a compreender aspectos culturais e políticos da construção do cotidiano nos bairros periféricos. Um primeiro aspecto, é que a pesquisa e a intervenção de origem universitária inserem-se no ambiente sem uma demanda concreta em alguns

casos, não sendo capaz de aglutinar as questões mais candentes, que passariam por outros canais. No entanto, fatores locais interferem também na potencialidade de projetos participativos e integrados. Embora em outras circunstâncias essas tentativas tenham gerado soluções mais eficazes, é importante observar também os casos em que isso não ocorre, para redefinir estratégias de trabalho e da própria construção da investigação universitária na interface com os processos urbanos e seus moradores. Entendemos que essa questão merece algum desenvolvimento neste artigo.

Procurou-se estabelecer uma relação com a comunidade local por intermédio das associações de moradores – num primeiro momento, com a Associação Amigos do Bairro do Jardim do Colégio, fechada no fim de 2009. A consequência do encerramento das atividades da associação foi a desmobilização ainda maior de formas alternativas de participação na constituição da consciência, na luta e nas reivindicações por melhorias. Esse fato alterou a dinâmica de atuação na comunidade no projeto, que inicialmente se via estimulada, ainda que não de forma intensiva, com base na mediação de Leide, liderança da associação. Cessada essa conexão, a interação com a comunidade também ficou comprometida, reforçando a percepção da falta de mobilização e a dependência de poucas pessoas, que geralmente esses processos revelam. Não raro de mulheres, com uma história de luta na região, o que temos observado em trabalhos em outras localidades de vulnerabilidade social. Vale aqui ressaltar que a universidade era nesse caso vista como um agente totalmente externo, que não iria fazer muito mais pela comunidade, além de um trabalho para seu próprio benefício, sem resultados práticos, na opinião de muitos moradores. Por não enxergarem uma troca mais nítida, estabeleceu-se uma descrença legítima por parte desses moradores na eficácia que o projeto poderia ter, embora o programa emergisse das discussões com a própria população.

Nos bairros não havia um movimento, uma comunidade organizada em torno de uma temática em comum, mas apenas grupos envolvidos em projetos assistencialistas ou às vezes com programas sociais (como cursos de dança, costura) desenvolvidos pela municipalidade. Assim, tornou-se muito difícil o estabelecimento de um conjunto de participantes, atuante, interessado nas questões trazidas. As oportunidades encontradas ocorreram nas ocasiões em que a associação abria para o atendimento assistencialista ali oferecido, com entrega de agasalhos, sacolinhas de alimentos, etc. Neste caso, o interesse das pessoas não era participar das oficinas (apesar de muitas terem vontade, e terem colaborado). Elas estavam lá para resolver seus problemas emergenciais – falta de comida, de agasalho, de cobertor. Assim, as oficinas de sensibilização, de construção coletiva, perderam força. Em decorrência

disso, reorientamos o trabalho para o entendimento das visões daquela comunidade, das percepções para com sua paisagem e de suas expectativas, mais do que para o desenho coletivo de seu espaço público, como inicialmente intentávamos. Consideramos também que a não percepção do espaço público como coletivo, mas como um ambiente sem dono, a ser apropriado individualmente ou servindo para atendimento “de cima para baixo” de carências sociais, seja um componente cultural limitante de ações por parte das comunidades.

Buscamos também uma aproximação por meio de outra associação (Jardim dos Moraes), que se mostrou mais mobilizada, mas, mesmo neste caso, projetos como o da horta comunitária acabaram sendo apenas cuidados por alguns poucos membros da comunidade, que encontraram ali uma forma de sentir-se úteis, de sentir-se em contato mais próximo com a natureza, buscando aprender ou recuperar técnicas agrícolas, uma vez que muitos deles vieram de áreas rurais e ali ajudavam na lavoura, quando pequenos. Julgou-se interessante esse contato pelo fato de essa associação contar com uma história mais longa, além do fato de que o terreno no qual seria proposto o projeto (uma praça e uma creche)¹⁰ era dessa comunidade. Mas o que se observou foi uma diferenciação do sentimento de pertencimento. Aquela praça não mais era deles, emocionalmente. Já em relação às oficinas com as crianças (Figuras 9 e 10), o cenário era diferente. Elas, muito receptivas, assumiram prontamente a pequena rotina das visitas às terças-feiras. Ficavam curiosas em saber qual seria a atividade do dia¹¹, com isso se estabeleceu um contato muito enriquecedor, mostrando a carência enorme de projetos educacionais nesses bairros e a potência afetiva das crianças, sempre abertas para atividades que as envolvam e possibilitem seu desenvolvimento.

A mesma relação verificou-se em outros projetos do NEP (SANDEVILLE Jr., no prelo), mostrando o potencial que nossa sociedade trata com pouca atenção, senão descaso, com consequências sociais e humanas que certamente todos os leitores podem perceber, embora tenhamos feito muito pouco para alterar essa condição. Em 2005 o número de crianças e jovens matriculados no Ensino Fundamental no Brasil era de 42.565.863 pessoas, a maior parte deles em escolas públicas de baixa qualidade. O que constitui uma enorme injustiça, fruto de indiferença, pois nos permitimos, enquanto país, negar a esses jovens condições mínimas de acesso e desenvolvimento. Destaque-se que esse número de jovens é absolutamente expressivo, ultrapassando em quase 6 milhões de pessoas a população total de três países sul-americanos: Bolívia, Chile e Paraguai (dados de 2005)!

¹⁰ A creche era demanda dos moradores, mas estes não viam como exequível, mesmo dispondo de um projeto, sua construção efetiva, que obviamente dependeria de lutas para o atendimento das reivindicações por parte do poder público.

¹¹ As atividades de educação ambiental haviam sido requisitadas pelo arte-educador, pois este tinha vontade de trazer isso a seus alunos e dizia que pessoas “de fora”, “eles”, sempre ouvem mais.



Figura 9 - Oficina com as crianças na Associação Amigos de Bairro Jardim dos Moraes. Foto: Gabriella Radoll.

A experimentação, e as tentativas de integração, mesmo não surtindo os efeitos esperados, foram muito enriquecedoras para entender a paisagem sobre a qual se estabelecem os diálogos, as tensões, as relações sociais, perceber os atores do local sob outra perspectiva. Apreende-se como quem também esteve dentro, observando suas razões, os interesses em jogo, e percebendo as relações que se vão delineando e atuando até mesmo na definição do espaço construído. Possibilita compreender, ao menos em parte, as expectativas dessa população, o modo pelo qual as pessoas ali atribuem significados e ressignificam a paisagem. Uma paisagem não é estática, não é perceptível na cartografia, na imagem



Figura 10 - Oficina de estudo do meio com as crianças na Praça do Jardim do Colégio. Foto: Gabriella Radoll.

aérea, na carta hidrográfica. É percebida e compreendida na experiência, na partilha com quem a vive, a reinventa, a ressignifica continuamente com a própria existência (SANDEVILLE Jr., 2005; *idem*, 2010). No entanto, o nível de desarticulação observado nesse momento entre os moradores tende a ser mais grave, tendo em vista as transformações no urbano que estão em curso, com ações das três esferas de governo. Há um despreparo das comunidades locais para o entendimento e a interpretação desses processos. Seus moradores, fundamentalmente, não se percebem como sujeitos sociais importantes e propositivos diante de atores sociais que definem os processos em locais distantes, mas centrais (CALDEIRA, 1984).

12 Deve-se ressaltar que a Prefeitura estabelece processos participativos em torno do orçamento público, mas o fato é que não se assenta em uma tradição de nossas instituições, nem em um processo integrado e continuado de criar condições existenciais, e não apenas políticas, que suportem esses processos.

Devemos considerar também a complexidade própria dos processos participativos, e a ausência de uma tradição democrática na discussão do país e do urbano¹². Não há uma prática educativa da construção da autonomia, entendida não apenas como processo atrelado politicamente a decisões específicas, mas como possibilidades de construção do conhecimento, de abertura para o mundo, como observava Paulo Freire (2001). A participação não é um processo linear, é muito difícil de prever-se quais as variáveis que estarão em jogo durante o processo de construção do exercício participativo, isso porque se dá no campo das relações humanas, no espaço de conflitos entre os diversos atores, na dimensão menos mensurável da vida. Por vezes, posicionamentos de outra ordem fazem com que os moradores não se envolvam com o projeto em questão e não se sintam estimulados a se mobilizar, mesmo quando ele os afeta diretamente, como é o caso das obras em curso na região, que acabam absorvidas mais em uma dimensão simbólica e vertical nas relações com o poder, do que como uma construção efetivamente dialógica.

A percepção resultante das oficinas de campo foi de que a população não está preparada para a discussão e o planejamento das ações impactantes sobre a área (PAC, Rodoanel, entre outros) – ao menos no momento de realização da pesquisa. Constatou-se que as pessoas dali não se percebem como atores na transformação da paisagem. Apesar de cada morador atuar ativamente como construtor de sua moradia, limita-se, no entanto, apenas a transformação de sua casa, e não ao conjunto de transformações que a sua implantação atinge. Com exceção dos mediadores, a população do Jardim do Colégio se vê como passiva diante das ações públicas, até mesmo pela falta de informação que atinge grande parcela da população. Essa condição os fragiliza e potencializa possíveis impactos negativos das ações em curso sobre o local. Sem se apropriarem ou criarem espaços para a participação pública, sem a união em torno de um objetivo comum, ficam à mercê de vontades políticas definidas alhures, sem visão de ações e de contrapartidas que poderiam beneficiá-los.

À guisa de conclusão, o método de entendimento e proposição da paisagem adotado, em que se fazem sucessivas aproximações escalares, tem grande potência para o projeto e planejamento das ações, ao articular as diversas escalas de trabalho. Isso porque é na macroescala que se constroem mudanças significativas para uma real reestruturação urbana. É, porém, na escala local que se dá o entendimento da estrutura de valores da sociedade, fornecendo a base, a instrumentação necessária para se tomar decisões coerentes, pautadas na realidade e nas necessidades existenciais. Como horizonte, discute-se com base na formação acadêmica e do papel da Universidade, o papel do arquiteto frente sua atuação profissional (SANTOS, 1985). É necessário deixar certas prerrogativas normativas do que deveria ser

a cidade dos outros, e de como eles deveriam fazer, para perceber na comunidade a quem o projeto se destina os seus valores, gerando um “projetar de perto”. Buscar relacionar-se com os atores sociais, com profissionais de outras áreas, afim de estabelecer um processo projetual, em que as áreas do conhecimento se interpenetram, adquirem forma e conteúdo, é um conteúdo programático desafiador e renovador, além de urgente, rompendo com as segmentações disciplinares, com os abismos entre os níveis de formação escolar, entre os técnicos e as pessoas com as quais deveríamos construir saberes comuns. Espera-se, em um horizonte possível e trabalhoso, que os projetos se enriquecerão de uma postura experimental e de aprendizado com o outro, tornando possível construir o conhecimento em diálogo, inserindo-o na multiplicidade que se encontra nas relações sociais, na vida.

Referências bibliográficas

BERNÁLDEZ, Fernando González. *Ecología y paisaje*. Madri: Blume. 1981.

BERNARDI, Lucia. *Aporte das áreas verdes à conservação da natureza em Parque Natural Municipal, Montevideu, Uruguai*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU-USP, 2007.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FREIRE, Paulo. *Educação e atualidade brasileira*. São Paulo: Instituto Paulo Freire/Cortez, 2001.

CALDEIRA, Teresa P. R. *A política dos outros – o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERREIRA, J. S. W. Valorização de terras em área centrais e de mananciais. In: Marussia Whately et al. (Orgs.). *Mananciais: uma nova realidade?*, v. I. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009, p. 99-128.

FORMAN, R. T. T.; GODRON, M. *Landscape ecology*. John Wiley, 1986.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti Rodrigues. *Moradia e mananciais: tensão e diálogo na metrópole*. São Paulo: FAU-USP/ Fapesp, 2006.

MAUTNER, Yvonne Miriam Martha. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: DEAK, Csaba; Schiffer, Sueli Ramos (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999.

McHARG, Ian L. *Design with nature*. Nova York: John Wiley, 1992.

OLIVEIRA FILHO, Eumenes Teixeira de. *O desafio da gestão urbana compartilhada: o caso de Embu na metrópole paulistana*. São Paulo, 2002.

RADOLL, Gabriela. *Sistemas de espaços livres e população em bacia no município do Embu*. Trabalho de Iniciação Científica. São Paulo: FAU-USP, 2009.

_____. *Arquitetura em processo*. Trabalho de Conclusão de Curso, São Paulo: FAU-USP, 2010.

RÜSCHE, Roberto. *Potencialidades para a criação de um sistema de espaços públicos de conservação e lazer na sub-bacia do córrego Padre Simplício, Jundiaí, SP*. Trabalho de Iniciação Científica. São Paulo: FAU-USP, 2005.

SANDEVILLE Jr., Euler. Paisagem. *Paisagem e Ambiente*, v. 20, São Paulo, 2005, p. 47-60.

_____. Miranda Martinelli Magnoli: contribuição fundamental para uma teoria e ação do arquiteto na paisagem brasileira. Uma aproximação de seus escritos. *Paisagem e Ambiente*, v. 21, 2006, p. 80-100.

_____. Aprender sobre a cidade ou aprender com a cidade? Projeto arte no Heliópolis (2009). *Revista da Pós, Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU USP*, São Paulo [no prelo].

_____. A paisagem do município como território educativo. In PADILHA, Paulo R.; CECCON, Sheila; RAMALHO, Priscila (Orgs.). *Município que Educa: fundamentos e propostas*, v. I. São Paulo: ED,L, novembro de 2010.

SANDEVILLE JUNIOR, Euler; MACHADO, Cecília Maria de Moraes. Paisagem e lazer: representações da metrópole (para os brasileiros de Brasília). *Olam – Ciência e Tecnologia*, Rio Claro, v. 5, 2005, p. 01-12.

SANTOS, C.N.F. dos (coord.). *Quando a rua vira casa*. Apropriação de um centro de bairro. Rio de Janeiro: IBAM, 1985.

SANTOS, Rosely F. dos. *Planejamento ambiental: teoria e prática*. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.